



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

O vereador **EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

## **PROJETO DE LEI Nº 215/2025**

“Dispõe sobre a aplicação de penalidades para a simulação de situações preferenciais em serviços públicos mediante uso de objetos que imitem pessoas, como bonecas hiper-realistas, e dá outras providências.”

**Art. 1º** Fica proibida, no âmbito do Município de Araucária, a utilização dolosa de bonecas do tipo “bebê reborn” ou artifício similar que simule a presença de criança de colo, com o intuito de obter ou simular direito a benefícios legalmente destinados a crianças de colo e seus responsáveis.

**§ 1º** Para os fins desta Lei, considera-se vantagem indevida, entre outras:

- I – Atendimento preferencial em repartições públicas ou privadas;
- II – Acesso a filas ou serviços prioritários;
- III – Uso de assentos preferenciais em transporte público municipal;
- IV – Isenção, desconto ou gratuidade previstas para crianças de colo e seus responsáveis.

**§ 2º** Equipara-se à boneca “bebê reborn” qualquer objeto ou artifício que simule a presença de criança de colo, independentemente de sua nomenclatura, aparência ou finalidade alegada.

**Art. 2º** A infração administrativa prevista nesta Lei sujeita o infrator à penalidade estabelecida conforme a competência e regulamentação a ser definida pelo Poder Executivo.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

**§ 1º** A tentativa de obtenção de vantagem indevida, ainda que frustrada, será igualmente punível.

**§ 2º** O valor arrecadado com as multas será destinado ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 3º** Ficam os órgãos municipais de fiscalização, conforme definidos e regulamentados pelo Poder Executivo, autorizados a autuar e aplicar as penalidades previstas nesta Lei.

**Art. 4º** Para fins desta lei, considera-se infração o uso comprovado de bonecas ou objetos análogos para:

- I – Obter atendimento prioritário destinado a gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo ou com deficiência;
- II – Fraudar fila de atendimento em estabelecimentos públicos ou privados que prestem serviços de interesse coletivo.

**Art. 5º** O poder público poderá promover campanhas educativas para esclarecer a população sobre os direitos de atendimento prioritário e os prejuízos causados por sua utilização indevida.

**Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 20 de maio de 2025.

**EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS**  
**VEREADOR**





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo proteger os serviços públicos municipais e a população de Araucária de práticas enganosas, nas quais indivíduos utilizam bonecas hiper-realistas conhecidas como “bebês reborn” ou artifício similar que simule a presença de criança de colo, para simular a presença de crianças e, assim, obter benefícios preferenciais. Tal prática prejudica usuários legítimos, especialmente famílias com crianças reais, além de sobrecarregar os serviços públicos municipais.

Com isso, a proposição busca equilibrar fiscalização rigorosa contra fraudes, respeitando o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos das crianças.

